



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seccional do PARANÁ

Exame de Ordem 2007.3

Aplicação: 24/2/2008

Prova Objetiva (P_1)

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I 25/2/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais da prova objetiva: Internet — www.oabpr.org.br e www.cespe.unb.br/oabsp.
- II 26/2/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Resultado provisório da prova objetiva: Internet — www.oabpr.org.br e www.cespe.unb.br/oabpr.
- III 27 a 29/2/2008 – Recursos (prova objetiva): conforme estabelecido no Edital do Exame de Ordem 2007.3.
- IV 4/3/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Resultado final da prova objetiva e convocação para a prova prático-profissional: Internet — www.oabpr.org.br e www.cespe.unb.br/oabpr e(ou) na sede da Seccional Regional da OAB.
- V 9/3/2008 – Aplicação da prova prático-profissional.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 5 do Edital do Exame de Ordem 2007.3.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.oabpr.org.br e www.cespe.unb.br/oabpr.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA (P₁)

QUESTÃO 1

Quanto ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e sua relação com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), assinale a opção correta.

- A O EIA e o RIMA apresentam algumas diferenças: o primeiro compreende o levantamento da literatura científica e legal pertinente, trabalhos de campo, análises de laboratório e a própria redação do relatório. É, portanto, mais abrangente que o segundo e o engloba em si mesmo.
- B O EIA divide-se em três etapas bem distintas: a análise da dinâmica dos sistemas socioambientais, a diagnose das interferências ecossistêmicas e a avaliação progressiva das ações antrópicas, sendo estes os elementos que darão suporte à redação do RIMA.
- C O EIA deve ser elaborado posteriormente à autorização da obra ou atividade potencialmente poluidora, desde que o licenciamento prévio tenha sido autorizado pelo órgão ambiental competente.
- D Em respeito ao segredo industrial e comercial, a Constituição Federal de 1988 (CF) estabeleceu como uma das características centrais do EIA o sigilo, sendo, portanto, vedada a sua publicidade.

QUESTÃO 2

Quanto aos meios processuais para a defesa ambiental, assinale a opção correta.

- A O inquérito civil é um instrumento indispensável para o exercício da ação civil pública em defesa do meio ambiente, pois é ele que dá suporte à preparação dessa ação perante o Judiciário.
- B O Ministério Público, ainda que não encontre elementos que indiquem a autoria do possível dano ambiental ou o mínimo de prova para propor a ação judicial, não pode promover o arquivamento do inquérito civil ou dos documentos em seu poder.
- C Cabe exclusivamente ao Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos a propositura de ação civil pública por danos causados ao meio ambiente provenientes de empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou associação.
- D De acordo com a CF, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente ou ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

QUESTÃO 3

À luz do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a opção correta quanto aos procedimentos do processo disciplinar.

- A Em respeito aos direitos e garantias individuais consagrados na CF, os processos disciplinares, instaurados mediante representação dos interessados, devem preservá-los no anonimato. Em tais casos, recebida a representação, o presidente do Conselho Seccional designa como relator um membro da sociedade civil organizada para presidir a instrução processual.
- B O relator pode propor ao presidente do Conselho Seccional ou da subseção o arquivamento da representação, quando esta estiver desconstituída dos pressupostos de admissibilidade.
- C A representação contra membros do Conselho Federal e presidentes dos Conselhos Seccionais é processada e julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- D Extinto o prazo das razões finais, o relator profere sentença cominatória, a ser submetida ao tribunal.

QUESTÃO 4

Quanto à publicidade, o Código de Ética e Disciplina da OAB permite ao advogado

- A utilizar símbolos oficiais e os que sejam utilizados pela OAB apenas em material impresso.
- B veicular na mídia impressa referências a valores dos serviços, tabelas, gratuidade ou formas de pagamento, desde que não sejam utilizados termos ou expressões que possam iludir ou confundir o público.
- C pronunciar-se sobre métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão em programas de televisão, desde que sem insinuações a promoção pessoal ou profissional, ou debate de caráter sensacionalista.
- D anunciar, individual ou coletivamente, os seus serviços profissionais, com discricção e moderação, para finalidade exclusivamente informativa.

QUESTÃO 5

Assinale a opção correta no que se refere à estrutura e funcionamento do Conselho Federal da OAB.

- A O conselho pleno pode decidir sobre todas as matérias privativas de seu órgão especial, quando o presidente atribuir-lhes caráter de urgência e grande relevância.
- B Ao conselho pleno compete deliberar, em caráter nacional, sobre propostas e indicações relacionadas às finalidades institucionais da OAB bem como instituir, mediante resolução, comissões permanentes para assessorar o Conselho Federal e a diretoria; eleger o sucessor dos membros da diretoria do Conselho Federal, em caso de vacância por morte e regular, mediante provimento, matérias de sua competência que não exijam edição de resolução normativa.
- C As indicações e propostas são oferecidas oralmente, devendo o presidente designar relator para apresentar relatório e voto escrito na sessão seguinte, acompanhado, obrigatoriamente, da ementa do acórdão.
- D Todas as propostas, ainda que previstas no orçamento, devem ser apreciadas apenas depois de ouvido o diretor-tesoureiro quanto às disponibilidades financeiras para a sua execução.

QUESTÃO 6

Considerando que um advogado integre duas renomadas sociedades de advogados, ambas sediadas em Curitiba, assinale a opção correta.

- A O advogado em questão pode integrar mais de uma sociedade de advogados, desde que não atue em causas propostas pelo mesmo cliente em ambas as sociedades.
- B Esse advogado pode tomar parte como sócio-fundador na primeira sociedade em que se integrou e atuar na outra como sócio benemérito.
- C O advogado em questão não pode integrar mais de uma sociedade de advogados na cidade de Curitiba, pois o respectivo conselho seccional não autoriza tal atuação na comarca da capital.
- D Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo conselho seccional.

QUESTÃO 7

Os advogados João da Silva e José de Sousa, integrantes da mesma sociedade profissional, representam em juízo clientes com interesses opostos, sem que estes tenham ciência do fato.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta com base no Código de Ética e Disciplina da OAB.

- A Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca não podem representar em juízo clientes com interesses opostos.
- B A necessidade de resguardar o sigilo profissional impede que os advogados em questão informem seus respectivos clientes das pretensões de seus oponentes, todavia não os impede de representar em juízo clientes com interesses opostos, desde que empreguem todos os meios lícitos para formular acordo compatível com os interesses de seus representados.
- C Os advogados em questão devem limitar-se a informar seus respectivos clientes, de forma clara e inequívoca, dos eventuais riscos da sua pretensão e das conseqüências que poderão advir da demanda por eles patrocinada, uma vez que integram uma mesma sociedade profissional.
- D Quando advogados de uma mesma sociedade profissional representam em juízo clientes com interesses opostos, faz-se necessária a presença de um interventor do conselho de ética da seccional em que essa sociedade encontra-se sediada, com o objetivo de controlar e fiscalizar a atuação dos causídicos.

QUESTÃO 8

Considere-se que uma sociedade de advogados sediada em Curitiba – PR – pretenda abrir filial na cidade de Goiânia – GO. A esse respeito, é correto afirmar que o ato de

- A fundação da filial deve ser averbado na Junta Comercial e arquivado no Conselho Federal da OAB, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.
- B constituição deve ser averbado na Junta Comercial, registrado no cartório de registro civil de pessoas jurídicas e arquivado no Conselho Federal da OAB, ficando os sócios obrigados a transferir sua inscrição para a Seccional onde a filial for instalada.
- C constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado junto ao Conselho Estadual do local onde for instalada, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.
- D constituição da filial deve ser averbado no Conselho Federal da OAB e arquivado na Junta Comercial, ficando os sócios obrigados a eleger, em um prazo máximo de noventa dias, novo sócio com inscrição regular na Seccional do local onde for instalada.

QUESTÃO 9

O advogado Pedro Pires convidou seu antigo colega de graduação, André Silva, regularmente inscrito na OAB/PR, para com ele constituir sociedade de advogados. Também foram convidados a constituir tal sociedade o contabilista Omar Pascoal, a psicóloga Ana Pereira e a desembargadora Laura Benevides. Em reunião preliminar, os sócios concordaram em atribuir à referida sociedade o nome *Dura Lex* Advogados Associados e decidiram que a esta prestaria consultoria contábil e psicológica aos seus clientes, além dos serviços jurídicos propriamente ditos, sendo estes ofertados ao público através do “carnê justiça”, inovador sistema de financiamento dos honorários advocatícios.

Em relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida sociedade

- A não deve ser admitida em registro, nem pode funcionar, visto que apresenta forma ou característica mercantil, adota denominação de fantasia, tende a realizar atividade estranha à advocacia e inclui sócio totalmente proibido de advogar.
- B não deve ser admitida em registro nem pode funcionar, pois deveria ter sido escolhido para a sociedade nome fantasia, obrigatoriamente, em língua portuguesa, sendo vedada a utilização de expressões estrangeiras.
- C não deve ser admitida em registro, mas admite autorização de funcionamento, pelo Tribunal de Ética da OAB, como sociedade de advocacia mista, desde que devidamente registrada no Conselho Federal de Contabilidade e no Conselho Regional de Psicologia.
- D pode ser admitida em registro, mas não poderá funcionar, em razão da não-inscrição da desembargadora na OAB.

QUESTÃO 10

O advogado Paulo de Sousa é casado com conhecida e renomada psicóloga de Curitiba, que se dedica a terapia de casais em crise. Mensalmente, a referida psicóloga realiza seções de análise em grupo em um hotel-fazenda da região. O advogado Paulo sempre participa de tais eventos, ministrando, ao final das seções, palestras sobre questões relativas ao direito de família, para os casais que não obtiveram êxito na terapia, e se vale de tal oportunidade para distribuir cartões com o endereço de seu escritório.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar, à luz do Estatuto da OAB, que

- Ⓐ a conduta do advogado constitui infração disciplinar visto que objetiva angariar ou captar causas com ou sem a intervenção de terceiros.
- Ⓑ a conduta do advogado é totalmente adequada e conforme com o que dispõe o Estatuto, visto que as infrações por este arroladas não abarcam a captação de causas e, sim, a cooptação de clientes.
- Ⓒ a conduta do advogado não configura infração disciplinar, pois angariar ou captar causas só é passível de censura ou advertência quando tais procedimentos são veiculados pela mídia.
- Ⓓ o advogado em questão incorreu na conduta típica prevista, no Estatuto da OAB, como instigação ao litígio, por isso deve ser excluído da Ordem.

QUESTÃO 11

Aos Conselhos Seccionais da OAB incumbe atualizar o cadastro dos advogados inscritos e organizar a lista correspondente. A esse respeito, assinale a opção correta.

- Ⓐ Esse cadastro deve ser feito até 31 de dezembro de cada ano e deve conter o nome completo de cada advogado, o número da inscrição (principal e suplementar), os endereços e telefones profissionais e o nome da sociedade de advogados de que faça parte, se for o caso.
- Ⓑ Os registros constantes no cadastro devem ter ampla publicidade, sendo permitido a qualquer cidadão acessar os dados pessoais dos advogados inscritos na OAB.
- Ⓒ Os dados cadastrais são sigilosos, sendo permitido o acesso a eles apenas por deliberação expressa de conselheiro federal mediante *habeas data* impetrado exclusivamente pelo procurador-geral da República, pelo ministro da Justiça ou pelo presidente do STF.
- Ⓓ O cadastro e a lista correspondente são indexados à Receita Federal e permitem o rastreamento da movimentação bancária dos advogados suspeitos de envolvimento com lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

QUESTÃO 12

Acerca do Conselho Federal da OAB, com sede na capital da República, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao presidente do Conselho Seccional é reservado lugar junto à delegação respectiva, não tendo ele, porém, direito a voz nas sessões do Conselho Federal e de suas câmaras.
- Ⓑ O presidente nacional da OAB e o presidente do Conselho Federal reúnem-se, mensalmente, em sessão plenária para deliberarem em conjunto sobre os assuntos relativos ao desempenho de suas atividades.
- Ⓒ No exercício de seu mandato, o conselheiro federal atua no interesse de seus representantes diretos, cabendo ao presidente do Conselho Federal atuar no interesse da advocacia nacional.
- Ⓓ O Conselho Federal da OAB compõe-se de um presidente, dos conselheiros federais integrantes das delegações de cada unidade federativa e de seus ex-presidentes, tendo estes direito a voz nas sessões do Conselho.

QUESTÃO 13

Assinale a opção correta a respeito do meio ambiente e dos índios, na ordem constitucional brasileira.

- Ⓐ A defesa do meio ambiente impõe a necessidade de se exigir, para instalação de qualquer obra ou atividade que possa causar algum nível de degradação ambiental, a realização de estudo prévio de impacto ambiental.
- Ⓑ As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, mas elas são consideradas bens dos estados-membros em que as comunidades indígenas estão radicadas.
- Ⓒ As pessoas jurídicas, tanto quanto as pessoas físicas, estão sujeitas a sanções penais e administrativas se praticarem atividades e condutas consideradas lesivas ao meio ambiente.
- Ⓓ É competência privativa da União legislar sobre florestas, pesca, fauna, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

QUESTÃO 14

Com relação ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O veto presidencial a projeto de lei deverá ser apreciado inicialmente na Câmara dos Deputados, sendo o projeto remetido ao Senado Federal na hipótese de o veto ser mantido pelos deputados, ou arquivado, se o veto for por estes rejeitado.
- Ⓑ O presidente da República somente poderá vetar integralmente um projeto de lei se considerá-lo inconstitucional.
- Ⓒ A CF veda terminantemente que a matéria constante de projeto de lei rejeitado possa ser objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- Ⓓ São de iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham sobre a organização do Ministério Público da União, bem como as normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados.

QUESTÃO 15

Relativamente aos direitos políticos e aos partidos políticos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A norma que reconhece a facultatividade do voto aos maiores de 70 anos aplica-se às pessoas portadoras de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações relativas ao alistamento e ao exercício do voto.
- Ⓑ No sistema eleitoral brasileiro, são considerados votos válidos não apenas os votos conferidos à legenda partidária e aos candidatos, mas também os votos nulos e os em branco.
- Ⓒ Os partidos políticos, como pessoas jurídicas de direito público, só adquirem personalidade jurídica após registrarem seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral do estado onde têm sede.
- Ⓓ Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem licenciar-se dos respectivos mandatos seis meses antes do pleito.

QUESTÃO 16

Acerca dos direitos sociais na CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ O aposentado tem direito a votar nas eleições dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais, mas não pode integrar a diretoria dessas entidades.
- Ⓑ São assegurados ao trabalhador avulso os mesmos direitos do trabalhador com vínculo empregatício permanente.
- Ⓒ O princípio da unicidade sindical, que veda a criação de mais de um sindicato representativo da mesma categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, não é extensivo às federações e confederações sindicais.
- Ⓓ Os direitos sociais elencados no art. 7.º da CF são aplicáveis, em sua totalidade, aos servidores ocupantes de cargos públicos.

QUESTÃO 17

Sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à Justiça, na ordem constitucional brasileira, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tal como as decisões judiciais, as decisões administrativas dos tribunais do Poder Judiciário devem ser motivadas e realizadas em sessão pública.
- Ⓑ O magistrado somente perderá o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, garantia que se aplica, indistintamente, a todos os juízes e aos ministros do STF e demais tribunais superiores.
- Ⓒ A advocacia pública, apesar de prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, é um órgão independente, e seus membros são possuidores das mesmas garantias do Ministério Público.
- Ⓓ Os membros do Ministério Público, na sua totalidade, estão impedidos de exercer a advocacia, outra função pública ou atividade político-partidária.

QUESTÃO 18

Acerca do sistema federativo brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- I Territórios podem ser criados por lei complementar, desde que haja consulta prévia às populações interessadas.
- II Estados podem celebrar tratados internacionais sobre matérias de sua competência, desde que autorizados previamente pelo Congresso Nacional.
- III Nenhum dos entes federais detém, singularmente, o atributo da soberania.
- IV São bens da União os sítios arqueológicos e pré-históricos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e IV.

QUESTÃO 19

No que se refere ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Admite-se o uso do mandado de segurança por parlamentares para garantir que o processo legislativo em curso no Congresso Nacional seja conduzido sem vícios de forma.
- Ⓑ É cabível ação direta de inconstitucionalidade para impugnar o decreto que incorpora o tratado internacional no direito brasileiro.
- Ⓒ Admite-se o ajuizamento de reclamação para garantir a autoridade de decisão do STF proferida, em medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade.
- Ⓓ É legitimado para propor ação direta de inconstitucionalidade o presidente da OAB.

QUESTÃO 20

Assinale a opção correta acerca dos princípios da administração pública.

- Ⓐ Embora seja consagrado pela jurisprudência e pela doutrina, o princípio da impessoalidade não foi consagrado expressamente na CF.
- Ⓑ Em virtude do princípio da legalidade, a administração pública somente pode impor obrigações em virtude de lei; direitos, por sua vez, podem ser concedidos por atos administrativos.
- Ⓒ O princípio da eficiência não constava expressamente do texto original da CF, tendo sido inserido posteriormente, por meio de emenda constitucional.
- Ⓓ O princípio da motivação determina que os motivos do ato praticado devam ser determinados pelo mesmo órgão que tenha tomado a decisão.

QUESTÃO 21

Não constitui característica do poder de polícia a

- A facticidade.
- B discricionariedade.
- C auto-executoriedade.
- D coercibilidade.

QUESTÃO 22

Assinale a opção **incorreta** no que diz respeito à administração indireta.

- A A acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a funções e empregos públicos e abrange empresas públicas e sociedade de economia mista.
- B A criação de subsidiárias de sociedades de economia mista depende de autorização legislativa.
- C Antes mesmo de ser consagrada na CF, a exigência de criação de autarquias por lei já estava disposta no Decreto-lei n.º 200/1967.
- D As empresas públicas e as sociedades de economia mista devem ser estruturadas sob a forma de sociedades anônimas.

QUESTÃO 23

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais consagrados na CF, é correto afirmar que

- A a prática da tortura é considerada crime imprescritível.
- B o brasileiro naturalizado não poderá ser extraditado após a naturalização, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou de condenação por crime contra a segurança nacional.
- C as penas de banimento restringem-se a caso de guerra declarada.
- D o preso tem direito à identificação dos responsáveis por seu interrogatório policial.

QUESTÃO 24

Assinale a opção correta acerca da disciplina constitucional do Poder Executivo.

- A O presidente e o vice-presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país.
- B Os ministros de Estado são escolhidos entre brasileiros natos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- C O ministro do planejamento é membro nato do Conselho de Defesa Nacional.
- D Compete privativamente ao presidente da República acreditar representantes diplomáticos estrangeiros, com a autorização prévia do Senado Federal.

QUESTÃO 25

Sobre a disciplina constitucional da ordem econômica e financeira, assinale a opção **incorreta**.

- A A defesa do meio ambiente é um dos princípios da ordem econômica.
- B A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro constitui monopólio da União.
- C Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
- D As taxas de juros reais não podem exceder o limite de 12% ao ano.

QUESTÃO 26

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

- A Os bens das autarquias não podem ser considerados bens de uso especial, em razão da acentuada autonomia administrativa e financeira de que estas dispõem.
- B Os bens de uso especial, sejam móveis ou imóveis, na condição de instrumentos de ação da administração pública, são considerados bens patrimoniais indisponíveis.
- C Pelo atributo da inalienabilidade, os bens públicos são insuscetíveis de aquisição por usucapião, independentemente da categoria a que pertençam.
- D São classificados como bens dominicais os mercados e cemitérios públicos, as terras devolutas e os bens públicos que estejam sendo utilizados por particulares sob regime de delegação.

QUESTÃO 27

No que se refere ao instituto da desapropriação, assinale a opção **incorreta**.

- A A União pode desapropriar bens dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mas os bens da União não são expropriáveis.
- B O estado-membro tem competência para desapropriar bens de uma autarquia ou de uma empresa pública municipal.
- C A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios possuem competência concorrente para legislar sobre desapropriação.
- D Ao Poder Judiciário é vedado, no próprio processo de desapropriação, discutir sobre eventual desvio de finalidade do administrador ou sobre a existência dos motivos que o administrador tenha considerado como de utilidade pública.

QUESTÃO 28

A respeito da atuação do Estado no domínio econômico, assinale a opção correta.

- A A CF veda expressamente a exploração direta de atividades econômicas pelo poder público; assim, o Estado só intervém no domínio econômico de forma indireta, por meio das entidades paraestatais.
- B As empresas públicas que explorem atividade econômica possuem personalidade de direito privado e, ainda que sofram o influxo de algumas regras de direito público, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas.
- C O texto constitucional, haja vista exigências de interesse público, admite a existência de monopólio estatal, assim como de monopólio privado, para o desempenho exclusivo de certas atividades do domínio econômico.
- D A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios podem exercer o tabelamento de preços quando a iniciativa privada se revela sem condições de mantê-los nas regulares condições de mercado.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta no que se refere à responsabilidade civil do Estado.

- A Assim como as pessoas jurídicas de direito público, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos e as que se dedicam à exploração de atividade econômica estão sujeitas à responsabilidade civil objetiva.
- B Não se pode responsabilizar o Estado por danos sofridos pelos indivíduos quando aqueles decorrem de fato de terceiro ou de ação da própria vítima.
- C Quando o juiz pratica ato jurisdicional com o intuito deliberado de causar prejuízo à parte ou a terceiro, o prejudicado tem como alternativa propor a ação indenizatória contra o próprio juiz responsável e, não, contra o Estado.
- D A teoria da responsabilidade objetiva aplica-se, de forma genérica, aos danos que o Estado causa, tanto por ação quanto por omissão, a particulares.

QUESTÃO 30

A respeito dos princípios que regem a licitação, assinale a opção **incorreta**.

- A Em razão do princípio da igualdade, ou isonomia, é vedado que se estabeleça tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista ou previdenciária entre empresas brasileiras e estrangeiras.
- B Pelo princípio do julgamento objetivo, se o edital de licitação prevê o critério de melhor técnica, não se pode selecionar simplesmente o de menor preço.
- C O princípio da publicidade impõe a necessidade de a administração realizar audiência pública, com antecedência mínima de quinze dias úteis da data prevista para a publicação do edital, antes da realização de qualquer processo licitatório.
- D O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não impede que o edital, se contiver falha, possa ser corrigido, desde que a divulgação ocorra pela mesma forma que se deu o texto original e o prazo para apresentação das propostas seja reaberto.

QUESTÃO 31

É a qualidade pela qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância. Decorre do que Renato Alessi chama de “poder extroverso”, que permite ao poder público editar provimentos que vão além da esfera jurídica do sujeito emitente, ou seja, que interferem na esfera jurídica de outras pessoas, constituindo-as unilateralmente em obrigações.

Celso Antônio Bandeira de Mello. *Curso de Direito Administrativo*. 13.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 373 (com adaptações).

O texto acima descreve o seguinte atributo do ato administrativo:

- A presunção de legitimidade.
- B imperatividade.
- C exigibilidade.
- D executoriedade.

QUESTÃO 32

Sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da União, julgue os itens a seguir.

- I A licença por motivo de afastamento do cônjuge é concedida por prazo indeterminado e sem remuneração.
- II A investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
- III É proibido ao servidor público recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando isso lhe for solicitado.
- IV Sem qualquer prejuízo, pode o servidor ausentar-se do serviço por três dias, para alistar-se como eleitor.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

QUESTÃO 33

Assinale a opção correta quanto ao direito dos tratados.

- A Os tratados, segundo a Convenção de Viena sobre direito dos tratados, podem ser escritos ou orais.
- B A aplicação provisória de tratados, embora alguns Estados a pratiquem, não está prevista na Convenção de Viena sobre direito dos tratados.
- C De acordo com a Convenção de Viena sobre direito dos tratados, um tratado pode proibir expressamente a formulação de reservas.
- D O recurso aos trabalhos preparatórios inclui-se na Regra Geral de Interpretação disposta na Convenção de Viena sobre direito dos tratados.

QUESTÃO 34

Não compõe a estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU) o(a)

- A Anistia Internacional.
- B Assembléia-Geral.
- C Comissão de Direito Internacional.
- D Conselho de Direitos Humanos.

QUESTÃO 35

Acerca das sociedades cooperativas, assinale a opção correta.

- A As cooperativas constituem sociedades de pessoas que se obrigam reciprocamente para o exercício de uma atividade econômica, sempre com o objetivo de lucro.
- B A lei determina que as sociedades cooperativas singulares sejam constituídas com o número mínimo de três pessoas físicas.
- C É ilícita a transferência das quotas do capital social das sociedades cooperativas a não-cooperado, ainda que seja por herança.
- D Nas sociedades cooperativas em que o cooperado possua mais de 50% do capital social, é a ele conferido o direito de mais de um voto nas deliberações da sociedade.

QUESTÃO 36

Considerando que três primos, Mauro Vaz, Paulo Torres e Saulo Silva, constituam uma sociedade em nome coletivo para atuar no ramo de venda de livros, denominada Vaz, Torres & Cia., assinale a opção correta, com base nas normas que regem as sociedades em nome coletivo.

- A Por expressa determinação legal, apenas Mauro, Paulo e Saulo podem ser administradores da Vaz, Torres & Cia., por serem seus sócios.
- B O nome empresarial Vaz, Torres & Cia. é exemplo de denominação social, próprio das sociedades em nome coletivo.
- C A responsabilidade dos sócios da Vaz, Torres & Cia. pelas obrigações sociais é limitada ao valor de suas quotas.
- D Os credores da Vaz, Torres & Cia. têm a faculdade de executar diretamente os bens dos sócios antes de procederem à execução dos bens sociais da sociedade.

QUESTÃO 37

Assinale a opção correta, acerca da disciplina normativa dos títulos de crédito.

- A A duplicata mercantil é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo, sacada por um credor contra o seu devedor, em favor de alguém.
- B À exceção do regime de casamento da separação absoluta de bens, os cônjuges não podem, sem autorização do outro, prestar fiança ou aval.
- C Os títulos de crédito causais são aqueles dissociados da relação jurídica que lhes deu origem, tais como a nota promissória.
- D Consideram-se sucessivos os avais superpostos e prestados sem a indicação da pessoa avalizada.

QUESTÃO 38

Assinale a opção correta, no que se refere ao regime jurídico da intervenção e da liquidação extrajudicial.

- A O período de intervenção extrajudicial, que nunca poderá ser superior a dois anos, pode ser prorrogado uma única vez.
- B É vedado ao Banco Central do Brasil decretar de ofício a liquidação extrajudicial de instituição financeira privada.
- C A intervenção produzirá imediatamente o vencimento antecipado de todas as obrigações da instituição devedora.
- D As sociedades seguradoras e as operadoras de plano de saúde, assim como as sociedades de capitalização, estão sujeitas aos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial.

QUESTÃO 39

Não tem legitimidade ativa para requerer a falência do devedor

- A o herdeiro do devedor.
- B o próprio devedor.
- C o empresário irregular.
- D o credor com garantia real.

QUESTÃO 40

A respeito das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- A Se duas pessoas falecerem ao mesmo tempo, sendo elas ascendente e descendente uma da outra, presume-se que a mais velha precede a mais nova, por isso a pessoa mais nova recebe a herança deixada pela mais velha e, obedecida a vocação hereditária, transmite a herança a seus herdeiros.
- B A pessoa portadora de deficiência mental grave e notória que não seja interdita pode dispor validamente de seus bens, pois, somente depois do trânsito em julgado da sentença de interdição, a pessoa perde a capacidade, necessitando, por isso, de representação.
- C A pessoa que possui plena capacidade de fato pode adquirir direitos e exercê-los por si mesma, sem necessidade de assistência ou representação.
- D Os direitos da personalidade são inatos e permanentes, visto que nascem com a pessoa e a acompanham durante toda a sua existência até a sua morte, por isso não se reconhece lesão a direitos da personalidade se o suposto ofendido já for morto.

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta no que se refere ao direito de empresa.

- A Os cônjuges podem contratar sociedade entre si ou com terceiros, sem anuência do outro, desde que o regime de casamento seja o de separação total de bens, pois ambos os cônjuges contribuem com seus bens particulares para a formação do patrimônio social.
- B Em caso de dissolução de sociedade por cota de responsabilidade limitada, com capital integralizado, o sócio gerente responde solidária e ilimitadamente com seus bens particulares pelas dívidas da sociedade.
- C A sociedade de advogados é empresária, visto que os seus sócios desenvolvem atividade intelectual visando à obtenção de lucros e constituem o capital social com o seu trabalho.
- D Denomina-se trespasse a alienação de estabelecimento de um empresário ou de uma sociedade empresária a outra sociedade empresária ou empresário. Regularizado o trespasse, o alienante fica obrigado, pelo prazo de cinco anos, a não fazer concorrência ao adquirente, salvo disposição expressa no contrato.

QUESTÃO 42

A respeito dos contratos, assinale a opção correta.

- A O contrato de abertura de crédito rotativo firmado com instituição financeira, garantido por nota promissória e acompanhado do demonstrativo do débito, traduz título representativo de dívida líquida, certa e exigível, e constitui título executivo extrajudicial.
- B O prazo prescricional para a rescisão do contrato de compra e venda de imóvel com base em vício redibitório é contado a partir da data em que o adquirente tomou conhecimento do vício.
- C O contrato preliminar não tem força obrigatória, podendo qualquer das partes dá-lo por desfeito por rescisão unilateral.
- D Nos contratos onerosos com cláusula de exclusão completa da garantia contra a evicção, por força do que seja livremente convencionado entre as partes, o alienante é exonerado de qualquer responsabilidade.

QUESTÃO 43

A respeito do direito das coisas, assinale a opção correta.

- A Aquele que, de boa-fé, edifica em terreno alheio adquire a propriedade do solo desde que o valor da construção exceda consideravelmente o valor do terreno e haja pagamento de indenização ao proprietário, cujo valor deve ser fixado judicialmente ou por acordo.
- B A servidão de passagem somente pode ser estabelecida entre dois imóveis pertencentes ou não aos mesmos proprietários, sendo um deles, o dominante, encravado.
- C A posse precária adquirida pelo *de cuius* perde esse caráter quando transmitida *causa mortis* aos seus sucessores, desde que estes estejam de boa-fé.
- D O possuidor de má-fé tem direito de ser ressarcido apenas pelas benfeitorias necessárias, assistindo-lhe direito de retenção pelo valor atualizado ou pelo custo da benfeitoria.

QUESTÃO 44

A respeito dos fatos, atos e negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- A O dolo acidental é um vício social e, por afetar a manifestação da vontade do agente, provoca a anulação do negócio jurídico, ainda que a parte a quem aproveite não tenha nem deva ter conhecimento dele.
- B No negócio jurídico, considera-se condição a cláusula que, derivada exclusivamente da vontade de uma das partes, subordina a existência ou o efeito do negócio a evento futuro, certo e predeterminado.
- C Só se admite a anulação do negócio jurídico celebrado mediante coação exercida por terceiro quando o beneficiário tiver sabido ou devesse saber da coação. Nesse caso, o beneficiário responde solidariamente com o terceiro pelas perdas e danos causados à vítima.
- D Configura-se estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da contraprestação da outra parte.

QUESTÃO 45

Assinale a opção correta com relação ao direito das obrigações.

- A Com a assunção de dívida, subsiste o débito originário, com os seus acessórios e garantias especiais, assumindo o terceiro a posição de devedor, independentemente da concordância do credor ou do devedor originário.
- B O devedor de várias dívidas ainda não vencidas a um mesmo credor, diante da insuficiência de condições financeiras para o pagamento de todo o débito, poderá propor quitá-lo antecipadamente, por meio da imputação do pagamento.
- C Havendo pluralidade de devedor, o inadimplemento da obrigação indivisível não altera os direitos do credor nem a obrigação perde esse caráter, podendo, assim, o credor demandar a obrigação por inteiro, mais perdas e danos, de qualquer dos devedores.
- D A dação em pagamento constitui acordo entre o credor e devedor, por meio do qual o credor consente em receber objeto distinto do previsto no título constitutivo da obrigação, com o fito de extinguir a obrigação.

QUESTÃO 46

Com referência a prescrição e decadência, assinale a opção correta.

- A Nas obrigações divisíveis e nas indivisíveis, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários deve aproveitar os outros credores.
- B Tratando-se de prazo decadencial estabelecido em lei, por ser matéria de ordem pública, o juiz deve reconhecê-lo de ofício, independentemente de arguição da parte interessada.
- C A renúncia da prescrição, expressa ou tácita, pode ser feita antes ou depois que ela se consumar, mas só produz os seus efeitos se não prejudicar diretos de terceiros.
- D Quando o prazo prescricional se inicia com o autor da herança, aquele recomeça a correr contra o seu sucessor, pois a morte é uma das causas da suspensão da prescrição do exercício de ação que envolva direito patrimonial.

QUESTÃO 47

Ainda a respeito das obrigações e dos contratos, assinale a opção correta.

- A Qualquer crédito poderá ser cedido, conste ou não do título, esteja vencido ou por vencer, se a isso não se opuserem a natureza da obrigação, a convenção com o devedor ou a lei, porém o cedente não responde pela solvência do devedor.
- B O terceiro interessado que paga dívida pela qual seja ou possa ser obrigado, pode cobrar o total da dívida, mesmo que o seu desembolso seja menor, visto que se sub-roga nos direitos e ações do credor.
- C A morte do devedor provoca o vencimento antecipado da obrigação, por ela respondendo, solidariamente, os herdeiros, salvo quando se tratar de obrigação personalíssima, pois, nesse caso, a morte do devedor é causa da extinção da relação obrigacional.
- D Ocorrendo a evicção, se o evicto desconhece o risco, ou, se dele informado, não o assuma, não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, ele tem direito de recobrar o preço que tenha pago pela coisa perdida.

QUESTÃO 48

Relativamente ao direito de família, assinale a opção correta.

- A Consideram-se parentes em linha reta as pessoas que são provenientes de um só tronco e estão umas para com as outras na relação de ascendentes, descendentes, colaterais ou transversais, até o quarto grau de parentesco.
- B O casamento se dissolve pela morte de um dos cônjuges, pela anulação, pela separação judicial ou pelo divórcio.
- C É nulo o casamento celebrado com a inobservância de qualquer dos impedimentos apontados na legislação que rege a matéria, em razão do interesse público e social envolvido. A declaração da nulidade acarreta a invalidade do casamento a partir da data da sentença que o invalidou.
- D Sendo os alimentos concedidos, com fundamento na lei de alimentos, como provisórios ou como provisionais em caráter cautelar, eles são devidos desde a data em que sejam fixados até a data em que seja proferida a sentença que os reduziu.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta quanto aos títulos de crédito.

- A Endosso pode ser corretamente definido como a transferência total ou parcial do crédito correspondente a um título feita pelo credor ou endossante ao endossatário.
- B O aval, espécie de obrigação cambial, é autônomo em relação à obrigação do devedor principal e se constitui no momento da oposição da assinatura do avalista no título de crédito.
- C O devedor que paga integralmente o título de crédito se desonera da obrigação nele representada, não se admitindo o pagamento parcial do título de crédito por desnaturar a literalidade do título; ademais, a quitação da obrigação deve constar expressamente do título que deverá ser entregue ao devedor, por isso, a vedação do pagamento parcial.
- D Os títulos nominativos, emitidos em favor de pessoa indeterminada, podem ser transferíveis por endosso em branco ou em preto.

QUESTÃO 50

Acerca das partes e dos procuradores, assinale a opção correta.

- A Na substituição processual, um terceiro torna-se parte da relação jurídica em razão da mudança de titularidade do direito material discutido em juízo, decorrente de um negócio jurídico entre vivos ou por causa de morte. Esse substituto defende, em nome próprio, direito próprio.
- B No litisconsórcio unitário e no simples, o juiz deve decidir a causa de maneira uniforme para todos os litisconsortes, em razão do caráter unitário da relação jurídica litigiosa e da necessidade da formação do litisconsórcio.
- C Nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários, os cônjuges são litisconsortes necessários se réus, mas não o serão se autores, pois, nesse caso, o cônjuge dependerá do assentimento de seu consorte para ingressar em juízo, salvo quando se tratar de bens imóveis próprios e o regime do casamento for o de separação absoluta de bens.
- D Se qualquer das partes ou seus advogados deixarem de cumprir com exatidão as determinações judiciais, serão caracterizados o ato atentatório ao exercício de jurisdição e a litigância de má-fé; nesse caso, o juiz condenará as partes e seus advogados ao pagamento de multa de até 10% do valor da causa.

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta no que se refere à competência no processo civil.

- A De acordo com o princípio da inalterabilidade da competência absoluta em razão da matéria, caso seja criada uma vara especializada de família na comarca, somente as novas ações devem ser propostas perante ela, permanecendo os feitos anteriores em tramitação nas respectivas varas de origem.
- B Tratando-se de ação de divisão de imóvel situado em duas comarcas, é competente para julgar a lide sobre a totalidade do imóvel o juízo de qualquer das comarcas onde se situa parte do imóvel; havendo duas ações conexas em curso, a competência é do juízo do processo em que haja a primeira citação válida.
- C Se absoluta, a incompetência deve ser argüida por exceção, mas o juiz pode declará-la de ofício, extinguindo o processo sem resolução do mérito.
- D Verificada a ocorrência da conexão ou continência, ocorre a reunião de processos para o julgamento em sentença única, com derrogação de competência anterior e prorrogação da competência firmada, mesmo quando se tratar de competência material ou funcional.

QUESTÃO 52

A respeito dos princípios que regem o processo civil e aos relativos à jurisdição civil, assinale a opção correta.

- A Segundo o princípio do contraditório, o juiz deve julgar a causa com imparcialidade e com base nos fatos alegados e provados pelas partes, assegurando aos litigantes ampla defesa.
- B O princípio dispositivo assegura ao juiz o poder de iniciativa probatória quando as partes deixarem de alegar ou provar os fatos postos como fundamento da demanda.
- C Para que os princípios da oralidade e da concentração sejam efetivos, as decisões interlocutórias são irrecorríveis, admitindo-se, no entanto, no caso de grave ou difícil reparação, recursos que devem ser recebidos no efeito devolutivo.
- D De acordo com o princípio da eventualidade, cada faculdade processual deve ser exercitada dentro da fase adequada, sob pena de se perder a oportunidade de praticá-la.

QUESTÃO 53

Assinale a opção correta no que diz respeito à sentença e à coisa julgada no processo civil.

- A Quando existirem casos idênticos ao proposto pelo autor, nos quais não haja controvérsia sobre matéria de fato e o mesmo juízo já tenha proferido sentença de improcedência total da ação, poderá ser proferida sentença de improcedência da ação, independentemente da citação do réu.
- B As sentenças declaratórias, condenatórias e constitutivas produzem efeito *ex tunc*, isto é, retroagem à época em que foi formada ou verificada a relação jurídica.
- C A questão prejudicial decidida incidentalmente ou deduzida em reconvenção faz coisa julgada material, por constituir premissa necessária à conclusão da parte dispositiva da sentença, isto é, por caracterizar pressuposto necessário ao julgamento da questão principal.
- D A sentença que julga procedentes embargos à execução opostos pela Fazenda Pública, pelas autarquias e fundações de direito público está sujeita à obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição.

QUESTÃO 54

Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

- A Extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando as partes transigirem ou quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação ou, ainda, pela convenção de arbitragem.
- B Ocorre a perempção quando o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo. Nesse caso, extingue-se o direito material, não podendo o autor propor nova ação nem alegar, em defesa, o seu direito.
- C Durante a suspensão do processo, a relação jurídica processual continua a gerar seus efeitos, mas não é permitido praticar qualquer ato processual, salvo os atos urgentes, a fim de se evitar dano irreparável; o desrespeito a essa proibição legal leva à inexistência jurídica do ato praticado.
- D O processo será suspenso quando a sentença estiver na dependência de solução de uma questão preliminar surgida no curso do processo e que condicione a apreciação do mérito da causa.

QUESTÃO 55

A respeito do recurso no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O prequestionamento, seja da questão constitucional, em se tratando de recurso extraordinário, seja de questão infraconstitucional, na hipótese de recurso especial, deve ser feito pelo autor, na inicial e, pelo réu, na contestação, sob pena de preclusão.
- Ⓑ Contra a decisão que indefere a petição inicial é cabível a apelação, cujo processamento ocorre independentemente de citação do réu e com possibilidade de retratação do decidido pelo juiz sentenciante.
- Ⓒ Quando o recorrente objetiva uma resposta judicial que lhe seja mais favorável, ele deve interpor recurso de invalidação da decisão e requerer novo pronunciamento do tribunal *ad quem*.
- Ⓓ A falta de juntada de cópia de petição de agravo de instrumento interposto no tribunal *ad quem*, nos autos do processo de origem, é causa de inadmissibilidade do recurso pelo relator, que, de ofício ou a requerimento das partes, negará seguimento ao recurso.

QUESTÃO 56

Com relação às nulidades no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Comprovada a ocorrência de nulidade absoluta, o ato deve ser invalidado por iniciativa do juiz; o ato nulo, embora insanável, pode ser suprido por outro de igual efeito.
- Ⓑ A nulidade dos atos processuais deve ser alegada pela parte que a aproveita, por ocasião da primeira oportunidade em que se manifestar nos autos, mesmo que se trate de caso em que o juiz deva decretar a nulidade, de ofício, sob pena de preclusão ou de a parte responder integralmente pelas custas processuais.
- Ⓒ Anulado ato viciado, todos os que lhe forem subsequentes estarão, também, anulados, mesmo aqueles que não dependam do ato nulo ou que puderem ser fracionados, pois a nulidade do ato afeta toda a relação processual.
- Ⓓ As nulidades dos atos processuais, por defeito de forma, têm como consequência a ineficácia dos atos processuais realizados em desconformidade com a norma que protege o interesse público, caso em que o vício será declarado de ofício pelo juiz, que determinará, ainda, a repetição do ato processual defeituoso.

QUESTÃO 57

Acerca da tutela específica das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas obrigações de fazer, é conferida ao credor a opção entre o cumprimento na forma específica ou a conversão da obrigação em prestação pecuniária, corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora, desde que observado o princípio da menor onerosidade possível.
- Ⓑ O juiz, ao determinar que a prestação da obrigação de fazer ou não fazer seja cumprida, deverá impor, para assegurar a efetivação dessa prestação, a medida coercitiva que for requerida pela parte, ou seja, é necessária a adstrição do juiz ao pedido do autor.
- Ⓒ A multa coercitiva, que tem caráter indenizatório e punitivo, destina-se a compelir o devedor ao cumprimento da prestação específica e o seu valor não pode cumular-se às perdas e danos.
- Ⓓ Na ação que tenha por objeto a entrega da coisa, deferida a tutela específica e não cumprida a obrigação no prazo fixado, o juiz determinará a expedição de mandado de busca e apreensão ou imissão na posse, conforme se trate de coisa móvel ou imóvel.

QUESTÃO 58

Assinale a opção correta a respeito do procedimento ordinário.

- Ⓐ Caso transcorra o prazo legal ou judicial sem a prática de determinado ato processual, opera-se a preclusão, que não pode ser afastada pelo juiz, ainda que se prove ter havido impedimento por justa causa.
- Ⓑ O réu que dilatar o julgamento da lide, por não argüir em sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, será condenado ao pagamento dos ônus de sucumbência, ainda que vencedor na causa.
- Ⓒ A inexistência de uma das condições da ação, mesmo que esta não tenha sido julgada pelo juiz de primeiro grau, pode ser conhecida pelo tribunal ou pelo órgão *ad quem* no julgamento do recurso de apelação.
- Ⓓ Tratando-se de litisconsórcio simples ou unitário, o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, isto é, ocorre a comunicação dos efeitos dos recursos a todos os litigantes.

QUESTÃO 59

Assinale a opção correta a respeito do processo cautelar.

- Ⓐ A propositura de ação cautelar acarreta ao autor, quando a sentença proferida no processo principal lhe for desfavorável, a obrigação de indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos com a execução da medida, independentemente de haver culpa ou dolo.
- Ⓑ O arresto, ato do processo de execução, consiste na apreensão de bens determinados do devedor, bastantes para garantir e sobre eles incidir a execução.
- Ⓒ Ação cautelar de antecipação de prova pode ser ajuizada como preparatória ou incidental à ação principal em curso, não se exigindo, para o deferimento dessa medida, verossimilhança do direito nem a urgência da medida, pois a discussão sobre a valoração e a necessidade da prova será feita somente na ação principal.
- Ⓓ A sentença cautelar não faz coisa julgada material, por isso, cessada a eficácia da medida ou quando não for concedida a liminar, o autor poderá renovar o pedido com o mesmo fundamento.

QUESTÃO 60

Os municípios recebem parte do produto de alguns dos tributos arrecadados pela União e pelo estado da Federação ao qual pertencem, entre os quais se inclui o(a)

- Ⓐ imposto sobre a importação.
- Ⓑ imposto sobre a transmissão *causa mortis* ou doações de quaisquer bens e direitos.
- Ⓒ imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- Ⓓ contribuição social sobre o lucro.

QUESTÃO 61

Assinale a opção em que está correta a correlação entre um tributo e sua espécie de lançamento principal.

- Ⓐ ICMS — lançamento por homologação
- Ⓑ COFINS — lançamento de ofício
- Ⓒ ITR — lançamento por homologação
- Ⓓ IPVA — lançamento por declaração

QUESTÃO 62

Walter, prestador de serviços, deixou de declarar receita e de pagar ISSQN por vários meses. Quando recebeu como pagamento uma boa quantia em dinheiro, resolveu informar ao fisco sobre sua receita como prestador de serviços, com vistas à apuração e quitação de sua dívida.

Nessa situação, a lei denomina o procedimento de Walter

- A pagamento prévio.
- B pagamento espontâneo.
- C denúncia espontânea.
- D confissão prévia.

QUESTÃO 63

Como forma de resolver lacunas no direito tributário, a autoridade aplicadora da lei deve fazer uso de quatro instrumentos jurídicos, em uma ordem especificada em lei. Em relação a essa ordem, assinale a opção correta.

- A A analogia deve vir antes dos princípios gerais de direito público.
- B A equidade deve vir antes dos princípios gerais de direito tributário.
- C A equidade deve vir antes da analogia.
- D Os princípios gerais de direito tributário devem vir antes da analogia.

QUESTÃO 64

De acordo com o CTN, constituem normas complementares a que estão sujeitos os contribuintes

- A os atos normativos expedidos pelas autoridades legislativas.
- B as decisões dos órgãos singulares do Poder Judiciário a que a lei atribua eficácia normativa.
- C as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- D os convênios que entre si celebrem a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios e suas autarquias.

QUESTÃO 65

Considere-se que a empresa Paraná Petróleo tenha sido considerada, em conformidade com o que dispõe a lei, sujeito passivo de obrigações tributárias acessórias. Nesse caso, a empresa

- A deve ter deixado de pagar um imposto e deve pagá-lo com juros.
- B deve pagar certo tributo com atualização monetária.
- C deve, pela legislação tributária, pagar uma multa.
- D é, pela legislação tributária, obrigada a prestações acessórias.

QUESTÃO 66

Gilson reside em uma localidade paranaense que é servida com iluminação pública cobrada dos contribuintes.

Nessa situação, a espécie tributária que Gilson paga pela iluminação pública é

- A contribuição especial paga ao município.
- B contribuição especial paga ao estado.
- C taxa paga ao município.
- D taxa paga ao estado.

QUESTÃO 67

Considere-se que Mauro deseje montar uma editora e, em seu projeto de negócio, esteja inserido o planejamento tributário da empresa. Nessa situação, Mauro terá de pagar

- A ICMS sobre o papel destinado à publicação de periódicos.
- B IPI sobre os jornais a serem produzidos.
- C IPI sobre os livros publicados.
- D imposto de renda sobre o lucro da empresa.

QUESTÃO 68

Constitui hipótese juridicamente correta de instituição de um tributo com o mesmo fato gerador da CPMF a criação de um(a)

- A imposto, desde que aprovado por meio de lei complementar.
- B contribuição especial, desde que uma lei complementar a torne não-cumulativa.
- C imposto, desde que 20% do produto de sua arrecadação sejam distribuídos aos estados da Federação.
- D taxa, desde que aprovado por meio de lei complementar.

QUESTÃO 69

Considera-se constitucional projeto de lei que

- A institua alíquotas de IPI inferiores para produtores instalados nas regiões mais pobres do Brasil.
- B tribute a renda das obrigações da dívida pública dos estados em níveis superiores aos que fixa para as obrigações da União.
- C tribute a renda dos servidores dos estados em níveis superiores aos que fixa para os servidores federais.
- D institui isenção de ICMS nas regiões mais pobres do Brasil.

QUESTÃO 70

A empresa Nuvem Branca Ltda. foi condenada, em processo trabalhista, em 1.^a instância. Com o objetivo de interpor recurso ordinário, o advogado da empresa providenciou o recolhimento das custas processuais e do depósito recursal, o qual foi pago na guia correta e recolhido na Caixa Econômica Federal. Contudo, as custas foram recolhidas em um banco particular, no qual a empresa possuía convênio.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O recurso da empresa Nuvem Branca está deserto, visto que as custas somente poderiam ter sido recolhidas no Banco do Brasil S.A.
- B O recurso da empresa Nuvem Branca está deserto, uma vez que as custas deveriam ter sido recolhidas, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal.
- C O recurso está apto a ser conhecido e provido, já que qualquer instituição financeira estaria apta a receber o valor correspondente às custas processuais.
- D O recurso está apto a ser conhecido e provido, já que, na justiça do trabalho, não existe a exigência expressa de obrigatoriedade no recolhimento de custas processuais para que se possa recorrer.

QUESTÃO 71

Em um período de eleições municipais, a diretoria da empresa Boi no Pasto Ltda. determinou que todos os seus funcionários votassem em determinado candidato a prefeito, filho do presidente da empresa. Além da determinação de voto, os funcionários deveriam usar os brindes de campanha, como adesivos e camisetas.

Nessa situação, o ato da diretoria

- A** faz parte do poder de mando do empregador, não caracterizando nenhuma irregularidade.
- B** caracteriza dano moral aos empregados, que, além de terem recebido determinação que nada condiz com o andamento dos trabalhos, ainda teriam de utilizar o material de campanha do candidato.
- C** é considerado perfeito e regular, já que possui o caráter transitório, ou seja, dura apenas momentaneamente, enquanto perdurar a campanha eleitoral.
- D** deve ser considerado ato criminoso, já que atenta contra a organização do trabalho.

QUESTÃO 72

O Banco Cifrão S.A. exige, como condição de contratação de seus empregados, que todas as pessoas que se candidatem a uma vaga de emprego na instituição apresentem certidão de antecedentes criminais. A justificativa da diretoria é a de que o trabalho em uma instituição cuja primordial função é a administração de recursos financeiros torna fundamental o conhecimento dos antecedentes criminais de seus empregados.

Nessa situação, a exigência feita pela instituição financeira

- A** fere o direito à dignidade da pessoa humana e serve de base a discriminação.
- B** é um direito da empresa contratante na seleção dos melhores candidatos.
- C** é uma mera formalidade, que não prejudica o sistema de seleção de candidatos.
- D** é um ato criminoso, já que fere o direito à livre concorrência dos candidatos.

QUESTÃO 73

Antônio foi contratado para exercer, em órgão da prefeitura do Município X, cargo de confiança de livre nomeação e exoneração. Ao ser contratado, teve sua CTPS anotada. No momento de sua demissão, Antônio constatou que nenhum depósito havia sido efetuado no FGTS.

Com relação à situação apresentada, assinale a opção correta.

- A** Antônio jamais poderia ter sido contratado sob o regime da CLT, visto que exercia cargo de confiança em órgão municipal.
- B** A contratação de Antônio foi regular e legal, e o município deveria ter efetuado os depósitos no FGTS, já que a CTPS de Antônio foi assinada.
- C** O detentor de cargo de confiança não tem direito ao recebimento de qualquer outro tipo de verba, exceto o salário.
- D** Apesar da anotação feita na CTPS de Antônio, o exercício de cargo de confiança no serviço público não está sujeito ao regime celetista e o detentor do cargo não faz jus ao FGTS.

QUESTÃO 74

João trabalhava para a empresa Papel Branco Ltda. Uma vez a cada 20 dias, ele exercia suas funções no laboratório da empresa, local classificado como insalubre, onde acompanhava a produção e fiscalizava as atividades laboratoriais. Quando não estava no laboratório, João exercia suas funções no escritório da empresa.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, no que se refere ao adicional de insalubridade.

- A** Não é cabível o pagamento do adicional de insalubridade a João, pois o trabalho exercido por ele em local insalubre era eventual.
- B** Não é cabível o pagamento do adicional de insalubridade a João, visto que tal adicional somente é devido quando o trabalho é exercido em local insalubre, diariamente, de forma ininterrupta.
- C** O trabalho intermitente em locais insalubres não afasta o direito ao recebimento do adicional de insalubridade.
- D** É devido o pagamento de adicional de insalubridade a qualquer empregado que tenha adentrado em local insalubre, ainda que a permanência no local tenha sido por poucas horas.

QUESTÃO 75

Francisco, contratado pela empresa Alfa Ltda., na função de vendedor, trabalha, na referida empresa, no período matutino, das 8 às 12 horas. No período vespertino, das 14 às 18 horas, Francisco trabalha, também na função de vendedor, na empresa Beta Ltda., que pertence ao mesmo grupo econômico da empresa Alfa Ltda.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A situação caracteriza dois vínculos empregatícios, visto que Francisco desenvolve suas funções em duas empresas distintas.
- B** Francisco possui apenas um vínculo empregatício — com a empresa Alfa Ltda. —, mas a empresa Beta Ltda. deve pagar-lhe um adicional, já que se beneficia de seu trabalho.
- C** Francisco deve denunciar sua situação à Delegacia Regional do Trabalho, visto que a situação caracteriza exploração indevida de seu trabalho.
- D** A prestação de serviços a duas empresas do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não configura a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

QUESTÃO 76

Alberto, empregado da empresa Prata Ltda., faltou ao serviço, no dia 20 de janeiro de 2008, no período vespertino, para comparecer à 1.ª Vara do Trabalho de sua cidade, visto que era reclamante em um processo trabalhista que movia contra a empresa Bronze Ltda., sua antiga empregadora. José, seu superior hierárquico na empresa Prata, determinou o desconto, em seu salário, referente a essa falta ao serviço.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ A falta ao trabalho, ainda que para acompanhar audiência na justiça do trabalho, justifica o desconto respectivo no salário.
- Ⓑ A falta ao trabalho para acompanhar audiência judicial somente justifica o desconto no salário do trabalhador mediante autorização específica do juiz do trabalho para tal ato.
- Ⓒ As horas correspondentes à falta do empregado ao trabalho para comparecimento necessário à justiça do trabalho como parte não justificam o desconto no salário.
- Ⓓ O desconto das horas referentes à falta do empregado para comparecimento à justiça do trabalho como parte deve ficar a critério do empregador, que pode optar por efetuar-lo, ou não.

QUESTÃO 77

A empresa Ouro Branco Ltda. pactuou um contrato de experiência com Alfredo, pelo prazo de 90 dias. Após 50 dias de trabalho, a empresa resolveu rescindir o contrato de experiência e demitir, imotivadamente, Alfredo.

Nessa situação, a empresa Ouro Branco

- Ⓐ não poderia rescindir o contrato de experiência antes de findos os 90 dias, salvo se existisse motivo de justa causa.
- Ⓑ poderia rescindir contrato de experiência antes do prazo de 90 dias, desde que pagasse a Alfredo o aviso prévio.
- Ⓒ poderia rescindir o contrato de experiência antes do prazo de 90 dias, sem efetuar o pagamento do aviso prévio.
- Ⓓ pactuou com Alfredo contrato de experiência irregular, visto que o prazo máximo para este tipo de contrato é de 30 dias.

QUESTÃO 78

Manuel, contratado pela empresa Sol Ltda. no dia 2 de fevereiro de 2007, foi demitido dessa empresa, sem justa causa, no dia 30 de dezembro de 2007.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta, no que diz respeito ao direito de Manuel receber férias.

- Ⓐ A extinção do contrato de trabalho sem justa causa assegura a Manuel o direito de receber as férias proporcionais, ainda que não tenha completado o período aquisitivo de 12 meses.
- Ⓑ Manuel somente poderia receber qualquer verba a título de férias se tivesse completado o período aquisitivo de 12 meses.
- Ⓒ A demissão de Manuel, sem justa causa, antes de haver completado 12 meses de efetivo exercício na empresa, gera o direito de recebimento de férias integrais, independentemente do tempo trabalhado na empresa.
- Ⓓ Manuel deveria receber o valor referente às férias proporcionais ao período em que esteve empregado, mas sem o acréscimo de 1/3 garantido constitucionalmente, pois ainda não tinha completado 12 meses de efetivo exercício na empresa.

QUESTÃO 79

O recurso adesivo, embora não esteja disciplinado de forma expressa na CLT, é compatível com o processo do trabalho. O prazo para a interposição de um recurso adesivo ao recurso de revista é de

- Ⓐ 5 dias.
- Ⓑ 8 dias.
- Ⓒ 10 dias.
- Ⓓ 15 dias.

QUESTÃO 80

A empresa Ômega Ltda., empregadora de Márcio, não efetuou o cadastramento do referido empregado no Programa de Integração Social (PIS). Ao constatar o problema, Márcio formulou solicitação escrita para a diretoria da empresa, com o objetivo de solucionar a omissão. Porém, nenhuma providência foi tomada.

Nessa situação hipotética, caso Márcio queira mover ação judicial para solucionar a pendência, deve propor a ação

- Ⓐ na justiça federal.
- Ⓑ na justiça do trabalho.
- Ⓒ na justiça comum estadual.
- Ⓓ no juizado especial federal.

QUESTÃO 81

Assinale a opção correta, no que diz respeito à garantia de emprego dos membros eleitos da CIPA.

- Ⓐ Essa garantia somente é aplicada aos membros titulares da CIPA.
- Ⓑ A garantia de emprego é aplicada a todos os membros da CIPA, incluindo-se os suplentes.
- Ⓒ A garantia de emprego somente se aplica aos membros suplentes da CIPA se estes forem efetivados como titulares.
- Ⓓ Não há que se falar em garantia de emprego a membros da CIPA.

QUESTÃO 82

Marcelo foi contratado pela empresa Vale Tudo Ltda. para exercer a função de vendedor. Como a atividade exercida por ele, na empresa, exige visita ao cliente para a efetivação das vendas, a empresa lhe forneceu um automóvel, que fica à sua disposição, inclusive nos finais de semana.

Nessa situação, o automóvel fornecido pela empresa

- Ⓐ possui natureza salarial, independentemente do fim a que ele se destina.
- Ⓑ possui natureza salarial, visto que fica à disposição de Marcelo também nos finais de semana.
- Ⓒ não possui natureza salarial, já que é considerado indispensável para a realização do trabalho, ainda que também seja utilizado para atividades particulares.
- Ⓓ não configura natureza salarial visto que bens móveis jamais podem configurar salário.

QUESTÃO 83

Paulo, comissário de bordo da Companhia Aérea Nuvem Branca, ao ser demitido, ingressou com reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de adicional de periculosidade, sob a alegação de que permanecia no interior das aeronaves no momento em que eram reabastecidas.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Não há que se falar em pagamento de adicional de periculosidade visto que, não havendo contato direto do empregado com inflamáveis, o risco não é considerado acentuado.
- B Não há que se falar em pagamento do adicional de periculosidade, visto que o ato de reabastecimento não traz qualquer risco ao empregado.
- C É devido o pagamento do adicional de periculosidade em grau máximo, pois o reabastecimento da aeronave expunha o empregado ao risco de morte.
- D É devido o pagamento do adicional de periculosidade em grau mínimo, já que não havia o contato direto do empregado com o combustível.

QUESTÃO 84

Everaldo, advogado da empresa Asa Branca Ltda., foi contratado para atuar em favor da empresa perante o Tribunal Superior do Trabalho. Opôs embargos de declaração do acórdão proferido em recurso de revista, porém sem juntar o instrumento de procuração. A Turma não conheceu do recurso, por considerá-lo inexistente.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A A Turma deveria ter concedido prazo para que a empresa providenciasse a juntada do instrumento de procuração do advogado.
- B A ausência do instrumento de procuração é uma mera irregularidade formal, não prejudicando o recurso interposto.
- C Não é cabível a abertura de prazo em sede de recurso para regularizar procuração, cabendo a juntada do instrumento procuratório no ato da interposição do recurso.
- D No processo do trabalho, o advogado pode atuar em qualquer instância independentemente de procuração.

QUESTÃO 85

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- A Ao contrário do que ocorre com o maior de idade, o adolescente somente poderá ser privado de sua liberdade se estiver em flagrante de ato infracional.
- B Ao ser preso, o adolescente deve ser informado de seus direitos, entre eles, o de permanecer em silêncio, e deve ser alertado de que o que disser pode ser interpretado em seu prejuízo.
- C O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, salvo no caso de dúvida fundamentada.
- D É desnecessária a oitiva do adolescente antes de ser decretada a regressão da medida socioeducativa, visto que já foi citado para se defender no procedimento.

QUESTÃO 86

Sobre o instituto da remissão no ECA, assinale a opção correta.

- A Iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, a concessão da remissão pelo juiz importará na suspensão ou extinção do processo.
- B Não pode ser concedida a remissão antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional.
- C A remissão implica necessariamente o reconhecimento da responsabilidade do adolescente infrator, mas o isenta do cumprimento das medidas socioeducativas.
- D A remissão prevalece para efeito de antecedentes e pode ser revista, a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento, escrito ou verbal, pelo Ministério Público.

QUESTÃO 87

Acerca dos crimes previstos na legislação especial brasileira, assinale a opção **incorreta**.

- A A competência para processar e julgar os crimes de porte ilegal e tráfico internacional de armas é da justiça comum estadual.
- B O porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é crime inafiançável, salvo se a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.
- C O condutor que for condenado por qualquer dos delitos previstos no Código de Trânsito Brasileiro ficará obrigado a se submeter a novos exames para que possa voltar a dirigir.
- D Admite-se a concessão do perdão judicial ao acusado de homicídio culposo na direção de veículo, ainda que o instituto não esteja previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

QUESTÃO 88

É imprescindível para que se caracterize a legítima defesa:

- A agressão justa a direito próprio ou de terceiro.
- B repulsa com os meios necessários, ainda que imoderados.
- C consciência de atuar nessa condição.
- D agressão passada, atual ou iminente.

QUESTÃO 89

Acerca das penas, assinale a opção correta.

- A A pena de reclusão deve ser cumprida sempre em regime fechado ou semi-aberto; e a pena de detenção, em regime semi-aberto ou aberto.
- B A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.
- C Em regra, no regime semi-aberto, o condenado deverá trabalhar fora do estabelecimento e sem vigilância, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.
- D A limitação de fim de semana consiste na obrigação de o condenado permanecer, aos sábados e domingos, no período matutino e vespertino, em casa de albergado ou em outro estabelecimento adequado.

QUESTÃO 90

Com relação aos crimes culposos, é correto afirmar que se denomina

- A** imperícia a conduta do motorista que desrespeita um sinal vermelho em um cruzamento.
- B** negligência a conduta do pai que deixa sua arma de fogo ao alcance de seus filhos menores.
- C** imprudência a conduta do atirador de elite que mata a vítima em vez de acertar o criminoso.
- D** culposa a conduta do motorista que foge, omitindo socorro após provocar um acidente de trânsito.

QUESTÃO 91

No ordenamento jurídico brasileiro, é considerado infração penal o ato de o(a)

- A** indivíduo prostituir-se, ou seja, manter relação sexual mediante pagamento.
- B** pessoa praticar a vadiagem ou mendigar por ociosidade.
- C** marido cometer adultério.
- D** pessoa usar substância que cause dependência física ou psíquica.

QUESTÃO 92

Durante uma festa, na noite de Natal, em sua casa, Lauro permitiu que Marcelo entrasse em seu quarto para ter acesso ao banheiro, oportunidade em que Marcelo subtraiu uma máquina fotográfica de propriedade de Lauro. Marcelo foi preso em flagrante, oportunidade em que o objeto foi apreendido, juntamente com uma arma de fogo, da qual tinha porte. O inquérito policial que apurava o fato foi concluído e encaminhado ao Ministério Público.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Marcelo deve responder pelo crime de apropriação indébita com o aumento de pena referente ao fato de o crime ter sido praticado à noite.
- B** Marcelo deve responder pelo crime de roubo, visto que, apesar de não ter utilizado a arma, ele a estava portando no dia dos fatos.
- C** Caso o Ministério Público requeira o arquivamento do inquérito policial, Lauro deve mover a ação penal privada subsidiária da pública.
- D** Ainda que Lauro perdoe Marcelo pela subtração da máquina fotográfica, por se tratar de crime que procede mediante ação pública incondicionada, o trâmite da ação penal terá continuidade.

QUESTÃO 93

Acerca das garantias constitucionais referentes aos direitos processual e penal, assinale a opção correta.

- A** A violação do sigilo das comunicações telefônicas pode ocorrer por ordem judicial, para fins de investigação criminal, instrução processual penal ou civil.
- B** A busca e apreensão em domicílio podem ocorrer durante o dia ou à noite, desde que mediante determinação judicial.
- C** São imprescritíveis, entre outros, os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes, terrorismo e os definidos como hediondos.
- D** Os princípios do contraditório, ampla defesa, devido processo legal, vedação das provas ilícitas e publicidade têm expressa previsão constitucional.

QUESTÃO 94

Acerca dos sujeitos processuais, assinale a opção correta.

- A** Nos processos penal e civil, vigora o princípio da identidade física do juiz.
- B** O juiz que efetua a pronúncia do réu na primeira fase do procedimento do tribunal do júri, torna-se suspeito para atuar na segunda fase.
- C** O defensor pode ser constituído nos autos, mediante indicação no momento do interrogatório, não dependendo esse ato de instrumento de mandato.
- D** O assistente da acusação pode se habilitar durante o inquérito policial ou durante a ação penal, desde que ainda não transitada em julgado a sentença.

QUESTÃO 95

Acerca dos recursos no processo penal, assinale a opção correta.

- A** O julgamento da ação penal pelos tribunais, em face de competência originária por prerrogativa de função, não está sujeito ao duplo grau de jurisdição.
- B** Cabe recurso em sentido estrito quando ocorre nulidade posterior ao trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- C** O protesto por novo júri não impede a interposição de apelação e pode ser admitido mais de uma vez.
- D** O Ministério Público, o assistente e a defesa não poderão desistir do recurso que tenham interposto.

QUESTÃO 96

Esse princípio refere-se aos fatos, já que implica ser ônus da acusação demonstrar a ocorrência do delito e demonstrar que o acusado é, efetivamente, autor do fato delituoso. Portanto, não é princípio absoluto. Também decorre desse princípio a excepcionalidade de qualquer modalidade de prisão processual. (...) Assim, a decretação da prisão sem a prova cabal da culpa somente será exigível quando estiverem presentes elementos que justifiquem a necessidade da prisão.

Edilson Mougnot Bonfim. *Curso de processo penal*. 2.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 46 (com adaptações).

O princípio específico de que trata o excerto acima é o do(a)

- A contraditório e ampla defesa.
- B devido processo legal.
- C livre convencimento motivado.
- D inocência.

QUESTÃO 97

No que se refere ao tribunal do júri, assinale a opção correta.

- A Caso sejam julgados quatro réus na sessão plenária do tribunal do júri, as partes terão quatro horas para os debates e duas horas para réplica e tréplica.
- B Os crimes de tortura, genocídio e latrocínio, por tutelarem o bem jurídico vida, são submetidos ao procedimento do tribunal do júri.
- C Os crimes que são submetidos ao tribunal do júri, incluem: aborto provocado pela gestante, instigação ao suicídio e homicídio simples na forma tentada.
- D O tribunal do júri compõe-se de um juiz de direito e quinze jurados, escolhidos dentre cidadãos maiores de 18 anos.

QUESTÃO 98

Extingue-se a punibilidade do agente pelo(a)

- A prescrição, decadência e preclusão.
- B retratação do agente, nos casos admitidos em lei.
- C morte do agente, perempção e *abreactio criminis*.
- D perdão judicial e casamento, nos casos admitidos em lei.

QUESTÃO 99

Acerca do instituto da prisão, assinale a opção **incorreta**.

- A Nos crimes de menor potencial ofensivo, em regra, não são admitidas a lavratura do auto de prisão em flagrante nem a imposição de fiança quando o autor do fato for encaminhado ao juizado.
- B A prisão penal é a que ocorre após uma sentença penal condenatória transitada em julgado e admite, preenchidos os requisitos legais, o livramento condicional.
- C A prisão temporária não pode ser decretada de ofício e somente tem cabimento durante o inquérito policial.
- D As hipóteses legais para a decretação da prisão preventiva, incluem a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e o clamor público.

QUESTÃO 100

Relativamente ao instituto da prova criminal, assinale a opção correta.

- A As provas periciais, ainda que produzidas durante o inquérito policial, têm valor probatório, visto que se submetem a contraditório diferido.
- B A confissão feita durante o interrogatório judicial pode suprir a ausência do laudo de exame cadavérico.
- C É permitida a juntada de documentos no plenário do tribunal do júri, desde que trate de prova relativa ao fato imputado e esclareça a verdade real.
- D A existência de prova da materialidade e de indícios de autoria são suficientes para o recebimento da denúncia, para a determinação de interceptação telefônica e para a inclusão do réu no rol dos culpados.

